

As Fronteiras entre os sexos: propostas de um olhar de gênero sobre a sociedade do Pernambuco Colonial

Alberon de Lemos Gomes
Mestre em História – UFPE
Professor da FFPNM – UPE
lemos79@msn.com

Jeane de Santana Tenório
Sanchirles da Costa e Silva
Discentes do Curso de História – FFPNM -UPE

Resumo

O presente artigo visa analisar a construção das relações sociais entre os sexos e a construção social da figura das mulheres da família da elite da Capitania de Pernambuco, através de uma proposta de estudo pautada na abordagem de gênero, partindo de dois exemplos práticos: a construção da figura feminina no imaginário jesuíta e a ascensão das figuras femininas ao posto de lideranças no contexto do Pernambuco pós-restauração.

Palavras-chave

Gênero – Família – Pernambuco Colonial – Jesuítas – Transgressão.

Os homens e mulheres que aportavam na Colônia Lusitana na América, como os que acompanharam Duarte Coelho à Nova Lusitânia, eram fruto das mudanças de imaginário e controvérsias culturais do Século XVI na Europaⁱ, além das condições sociais e interesses econômicos do Reino de Portugal.

Na Europa Quinhentista um cenário novo se engendrava no campo das ideologiasⁱⁱ religiosas, perturbando a herança católica medieval. Com o movimento reformista, iniciado por Martin Lutero em 1517, e mediante a reação Católica, um palco de disputas, afirmações, reafirmações e mutações no plano ideológico do cristianismo ocidental estava armado e em ebuliçãoⁱⁱⁱ. Nesse contexto, as relações do processo que então se dava entre Reforma Protestante e Contra-Reforma Católica não pode ser encarado como uma simples relação de ofensiva e contra-ofensiva em defesa dos dogmas tidos por cada respectiva parte em litígio. Pois, como bem afirmou Jean Delumeau,

da mesma forma que a Reforma Protestante foi muito mais que um inventário de repulsas, de negações e de oposições, também a Reforma Católica foi infinitamente mais vasta, mais rica e mais profunda que a ação pela qual Roma combateu o protestantismo.^{iv}

Destarte, podemos falar de uma Reforma do Cristianismo Europeu Ocidental que, tendo início no Século XVI e penetrando no tempo até o século XVIII^v, influenciou a mentalidade dos homens que

habitavam a Europa neste período, que conquistaram o além-mar e que difundiram-na no Novo Mundo.

Esse momento histórico pode ser caracterizado como a época de implementação da mentalidade barroca na Europa, processo este que se iniciando no Século XVI, marcaria a cultura Ocidental também se expandindo pelo Novo Mundo, principalmente nas possessões Ibéricas. Para José Antonio Maravall, o Barroco é um conceito de época, uma mentalidade, que mais do que um simples estilo artístico ou arquitetônico marcou e delineou a política, a economia e a sociedade do século XVII^{vi}.

Nesse espírito de ordem, as normas assumem um papel fundamental para o controle social da massa populacional que se inseria nesse tumultuado contexto, de forma que “o Século XVII é eminentemente normativo. Chega a dor a impressão de ser utilitarista”^{vii}. Esse espírito normativo da Europa seiscentista, segundo o pensador francês Michel Foucault, produziu um processo de disciplinamento da sociedade moderna. Um sistema funcional de controle individual, em todas as instâncias, onde o indivíduo deveria ser conhecido e caracterizado de forma a se exercer por sobre ele uma vigilância individual constante. Esse mecanismo de controle social sofreu um processo de aperfeiçoamento no Século XVIII, visando a vigilância constante e interiorizada da sociedade, através da identificação do indivíduo com os modelos culturais de controle e vigilância. Neste momento, os discursos deveriam ser interiorizados pelo indivíduo de forma que a auto-vigilância favorecesse o sucesso do controle exercido por sobre este.^{viii}

Em meio a este cenário, uma importante instituição também se transmutava e exercia suas influências no processo de transformação do mundo Ocidental nos primórdios da Idade Moderna: O Estado Nacional. No caso específico do Estado Lusitano, buscaremos, aqui, demonstrar a sua atuação partindo das relações deste com os seus domínios na América.

A ocupação da América Portuguesa deu-se só a partir de 1530, com a implementação das chamadas Capitanias Hereditárias, esse processo se deu no intuito de garantir a posse da terra à Coroa Portuguesa, frente às pressões das nações européias recém-centralizadas, como a Inglaterra, a França e a Holanda^{ix}. Neste sentido, o essencial seria povoar o território, porém esse povoamento não deveria se dar de forma a constituir pequenos núcleos auto-suficientes, mas sim, constituindo latifúndios produtores para o mercado europeu.^x

Originário da Guerra de Reconquista do território da Península Ibérica aos árabes, o Estado Luso se organizou precocemente, sendo o primeiro Estado centralizado da Europa, tendo, segundo Raymundo Faoro^{xi}, em sua constituição elementos que o diferenciam da composição geral dos demais Estados modernos da Europa; caracterizando-o como um Estado patrimonial. Assim, nobres e burgueses, subjugados em suas relações de favores e deveres com o rei – único soberano, doador de capitanias e sesmarias e orientador da máquina comercial portuguesa – agiram no processo de ocupação do Brasil, seja como capitães donatários, seja como comerciantes de pau-brasil ou açúcar.

Ligados a esse contexto, os homens e mulheres que povoaram a colônia portuguesa na América tiveram os seus destinos, muitas vezes, decididos e orientados pela política patrimonialista do Estado Lusitano. Destino marcado pela ação Estatal, pela mentalidade católica tridentina e pela cultura barroca. Eram como os sonhos e desejos limitados por estas balizas que os lusitanos aportavam na Capitania de Pernambuco.

A mulher e a família, dentro do processo de colonização do Estado Português na América, assumiram um importante papel não só no que diz respeito à manutenção da moral tridentina nos trópicos, mas também, no que diz respeito às estratégias de ocupação do Novo Mundo.

No decurso de ocupação da América Portuguesa, um dos problemas enfrentados pela coroa lusitana foi a baixa taxa populacional do reino. Fato que se agravava se considerarmos as outras possessões do Império Luso em terras da África e da Ásia.^{xii} Essa escassez de material humano para a colonização tornava-se mais acentuada quando nos remetemos à ação das mulheres brancas no processo de povoamento da Colônia. Diante desse quadro, muito dos homens que aqui aportavam tiveram que compensar este desequilíbrio demográfico através de ligações com as mulheres da terra, ligações estas ilícitas aos olhos da moral católica, que teve de redobrar seus discursos por sobre esta situação dita de promiscuidade, criando um mito dos pecados dos trópicos, lugar de efervescência sexual^{xiii}. Mito este, construído pelos Jesuítas, que foi absorvido livremente até pouco tempo pela historiografia brasileira, como evidencia a seguinte afirmativa de Gilberto Freyre:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua, os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne.^{xiv}

De qualquer modo, a presença de mulheres brancas se fazia urgente, seja para viabilizar o processo de ocupação, seja para satisfazer a moral jesuítica.^{xv}

Esse ambiente favoreceu o desenvolvimento de uma população miscigenada, principalmente entre as classes menos abastadas, e a valorização das sinhás brancas, responsáveis pela consolidação e perpetuação da ocupação do território através da sua prole legítima, daí o surgimento do ideal da matrona – esta concebida como a mulher respeitável pela idade, estado e conduta exemplar, tornando-se mães de família e reproduzindo/materializando os discursos ideais de comportamento para as mulheres. Ideal produzido pela sociedade na qual estas estavam inseridas, no nosso caso, no conturbado período da mentalidade barroca e das reformas do cristianismo ocidental. Exaltando as mulheres da elite colonial em detrimento das mulheres pobres e mestiças, a quem coube o estigma da prostituição e da promiscuidade.

As mulheres da elite colonial da zona do açúcar foram alvo do controle social exercido através da produção de discursos ideais de comportamento, pela sociedade européia, cuja

mentalidade marcou a sociedade colonial. Porém, devemos ter em mente a necessidade de adaptação desses discursos para a realidade da América.

Para a historiadora Mary del Priore, a estas mulheres cabia um papel, o de:

refletir a participação feminina na conquista ultramarina, mas também a sua atividade na defesa do catolicismo contra a difusão da Reforma Protestante. Mais ainda, havia que espelhar a presença feminina na consolidação de um projeto demográfico que preenchesse os vazios da terra recém-descoberta^{xvi}.

E um dos espaços mais atuantes dessas matronas deveria ser no âmbito restrito da vida familiar.

Falar em vida familiar na Colônia, e mesmo na Europa dos Séculos XVI e XVIII, decididamente, não é falar em privacidade ou em família nuclear, aquela tipicamente burguesa de fins do Século XIX. Muitas vezes, a privacidade se encontrava fora do espaço domiciliar e familiar.^{xvii} Num estudo sobre o surgimento do sentimento de privacidade na família francesa, Philippe Ariés nos afirma que

os progressos dos sentimentos da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. Por muito tempo, as condições de vida quotidiana não permitiram esse entrincheiramento necessário da família, longe do mundo externo.^{xviii}

Se na Europa moderna temos essa realidade, pensemos então na condição da Colônia onde essa falta de privacidade se agravava por condições diversas: distância da metrópole, escravidão, constante expansão territorial, precariedade dos centros urbanos.^{xix}

Essa situação pode ser comprovada pelo próprio conceito de família existente na época colonial e que será aqui adotado. Conceito este que, longe do conceito de família nuclear burguesa, englobava relações de parentesco – através de laços consangüíneos –, de coabitação e laços rituais, como o compadrio.^{xx} Criando um universo amplo de relações sociais e interações diversas, o que, conseqüentemente, ampliava o estado de vigilância, pois como dizia o polêmico poeta baiano que também viveu na Capitania de Pernambuco, Gregório de Mattos, existia “*em cada porta um freqüentador olheiro/que a vida do vizinho, e da vizinha/pesquisa, executa, espreita e esquadriha/para levar à praça e ao terreiro*”.^{xxi}

Diante desta realidade, o controle por sobre a figura feminina deveria ser redobrado de forma que essa nunca ficasse exposta a olhos alheios, tendo em vista a movimentação constante de escravos e pessoas estranhas no universo da vida doméstica, dado ao costume e necessidade de se dar pouso aos viajantes. Todo o contato das mulheres com homens que não pertencessem à família

delas tinham de ser supervisionados pelo pai ou marido ou, até mesmo, evitado se constituir ameaça direta à autoridade do chefe da família. Esses cuidados tinham de ser redobrados na América Portuguesa, onde – talvez mais do que na Europa Moderna – uma mínima privacidade familiar sucumbia sem forças de se firmar diante de uma complexa rede de sociabilidade^{xxii}, onde o cotidiano das famílias estava exposto ao mundo externo, constantemente acessado e vigiado por estranhas retinas.

No que se refere à superintendência das eventuais aparições das mulheres da elite em público, estes momentos tinham de ser estritamente inspecionados e às mulheres cabia a obrigação de demonstrar sobriedade e discrição, de forma que a presença delas no mundo extra-familiar não despertasse o interesse de estranhos.

Toda essa vigilância agiria com maior eficácia se as próprias mulheres a interiorizasse. Para que essa interiorização ocorresse todo um sistema coercitivo e normativo deveria ser constituído em torno dessas mulheres, acostumando-as desde cedo com as limitações a qual estavam destinadas. E neste momento, a ideologia católica, principalmente neste contexto das reformas do cristianismo Ocidental e da efervescência da mentalidade barroca, teria um papel decisivo nesse complexo emaranhado de relações de poderes e nessa espessa rede de controle social.

1. Um Olhar de Gênero

Por muito do estudo que pretendemos realizar dizer respeito às relações entre homens e mulheres, especificamente no contexto histórico-social do Pernambuco colonial; achamos pertinente e indispensável a utilização de uma categoria de análise social que vem tomando espaço nos debates atuais acerca dos papéis/ações sociais entre os sexos: o conceito de Gênero^{xxiii}.

É quase que lugar comum nas ciências humanas da atualidade o reconhecimento de uma crise epistemológica. Velhos padrões herdados do século XIX sofreram, em mãos de autores como Michel Foucault^{xxiv} e Hayden White^{xxv}, um processo de desconstrução que acabou por revelar o seu caráter excludente e limitado. No bojo dessa efervescência de ruínas, a História, após o momento renovador da Escola dos Annales, fragmentou-se em perspectivas diversas que foram, sem grandes pretensões, ocupando o vácuo deixado pela crise dos padrões marxistas.

É neste delicado quadro que emergem os primeiros estudos sobre a História das mulheres; a princípio, ligados aos movimentos feministas e, mais tarde, nas décadas finais do século passado, junto ao universo acadêmico. Neste último momento, é de irrevogável importância a contribuição dos estudos de gênero e a construção deste como um estatuto de análise.

Para Enrique Gomáriz, a preocupação e discussão acerca dos estudos de Gênero, apesar de só invadirem as universidades na década de 80 do século XX, podem ser detectados já no século

XVIII^{xxvi}. Sofrendo influência do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista – em especial do pensador francês Michel Foucault^{xxvii} e do psicanalista Jacques Lacan –, além das modificações do movimento feminista^{xxviii}, as discussões atuais sobre os estudos de Gênero giram em torno, basicamente, das tentativas de se construir um conceito para esta nova categoria de análise sócio-cultural.^{xxix}

Neste contexto, um nome, a nosso ver, toma ares de imponência: Joan W. Scott, socióloga norte-americana. Principalmente por em seus estudos, ela trabalhar a utilização do conceito de Gênero na formulação de análises históricas.^{xxx}

Retomando a questão da crise dos paradigmas na contemporaneidade, vale ressaltar que alguns autores, como a historiadora Maria Odila da Silva Dias, enxergam essa situação como algo favorável à questão feminista, tendo em vista que, sob seus prismas,

mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos”, de forma que “destruir, desmontar, criticar totalidades universais formam o caudal de opções teóricas com que lidam as estudiosas feministas.^{xxxi}

Diferentemente de Silva Dias, Joan Scott vê nesse contexto uma abertura à perspectiva de se construir um campo teórico específico, segundo ela

no espaço aberto por esse debate, as feministas não só começam a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontram aliados científicos e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise.^{xxxii}

Para Scott, a categoria Gênero compartimenta em si as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas e construídas entre os sexos, numa complexa e contínua construção / desconstrução de relações de poder.^{xxxiii}

Indo mais além, também afirma existir quatro elementos constitutivos, numa relação mútua e contínua, do conceito de gênero: a existência de símbolos múltiplos e contraditórios de representações, geralmente apresentados de forma binária; conceitos normativos que agem sobre estes símbolos e representações; um espaço sócio-político amplo de atuação destes sistemas normativos e símbolos representativos; e uma identidade subjetiva, de forma que aspectos psicológicos não se dissociam dos sociais, raciais/étnicos e biológicos.

Diante desse quadro, cabe ao historiador buscar saber quais as relações que se estabelecem entre esses quatro aspectos. Porém, a tarefa ainda não está finda. O conceito desenvolvido por Joan Scott complementa-se numa outra afirmação, a de que

o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Ou melhor, é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”, tornando-se assim um “meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.”^{xxxiv}

Essa gama de articulações faz com que as relações entre História e gênero, ao sublinhar e historicizar as inter-relações socialmente construídas entre os sexos, produzam não uma História das mulheres seccionada e excluída do âmbito geral do devir histórico, mas sim, uma nova maneira de se ver e conceber a História, partindo de aspectos absolutamente relacionais.

Com este enfoque em mente, concordamos com Mary Del Priore quando esta declara que

a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura e de suas imagens frente à sociedade. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, de seus amores e dos seus sentimentos.”^{xxxv}

Nessa abordagem, onde os estudos de Gênero nos nortearão, acreditamos ser possível flertar com a obra de Michel Foucault, seguindo alguns de seus preceitos, reafirmando as palavras de Susan R. Bordo, quando essa imbuída dos conceitos da filosofia genealógica foucaultiana nos afirma que

para segui-los, temos primeiro que abandonar a idéia de que o poder é algo possuído por um grupo e dirigido contra outros e pensar, em vez disso, na rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação dentro de um âmbito particular.”^{xxxvi}

Seguindo essa senda, acreditamos poder analisar as relações entre os sexos, buscando principalmente contribuir para os estudos sobre condição feminina e a vida familiar na sociedade do Pernambuco Colonial, através da atuação/adaptação do pensamento católico tridentino e da cultura e imaginário barroco da Europa no Novo Mundo. Acreditando, assim como Joan Scott, que

os (as) historiadores (as) devem, preferivelmente, examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organização sociais e representações culturais historicamente situadas.”^{xxxvii}

Partindo de uma perspectiva micro, as relações sociais entre homens e mulheres e a edificação dos espaços de atuação de ambos no âmbito familiar e na sociedade com um todo, nosso objetivo é buscar discutir, também um aspecto muito mais amplo: a implementação da ideologia católica tridentina e da cultura barroca no mundo colonial, essas endossadas pelas práticas do

Estado Metropolitano Luso. Ao visitar velhas fontes – sermões, autos inquisitoriais, genealogias, códigos de conduta moral, cartas jesuíticas, correspondência administrativa, iconografia, relatos de cronistas – atrás de novos objetos de estudos - a família e a mulher – nossa intenção é concorrer para a construção de uma nova visão do Pernambuco colonial.

Deste modo, ao tratarmos da história da mulher, nos deparamos também com outros objetos de estudo da moderna historiografia: o imaginário, a sexualidade, o desejo, o corpo, os sonhos, a criança, as representações. Além de tantos outros aspectos já caros à produção historiográfica, seja ela contemporânea ou não: as relações de poder, a religiosidade, as relações sociais, a vida econômica.

Os historiadores franceses Georges Duby e Michelle Perrot, ao introduzir uma importante publicação, na verdade um marco, sobre as mulheres e sua história no mundo ocidental, afirmam que

as mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das mentalidades, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual contribuíram para as fazer sair dessa sombra.^{xxxviii}

Levando-se em consideração que a dita história das mentalidades só se firmou num momento pós-Escola dos Annales (ou seja, posteriormente, cronologicamente falando, a 1940), podemos afirmar que, por sofrer influência dessa, a história das mulheres também é uma área recente do conhecimento histórico, fruto de uma nova tradição historiográfica.

Continuando o raciocínio, os dois autores franceses chamam a atenção para o movimento das próprias mulheres que também contribuiu para os questionamentos sobre a história delas, o que favoreceu com que

dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo.^{xxxix}

Nesse momento, juntamente com Duby e Perrot, podemos concordar novamente com Joan Scott, quando esta afirma o caráter político presente nas discussões acerca do passado das mulheres e das relações de gênero, relacionando esse novo interesse da produção historiográfica com o movimento feminista. Segundo ela

não há jeito de se evitar a política, as relações de poder, os sistemas de convicções dos processos que os produzem; por esta razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.^{xi}

Diante desse trabalho de conscientização política e descobertas históricas, podemos citar vários ramos de ressonância no meio acadêmico mundial: além dos mesmos Georges Duby, Michelle Perrot e Joan Scott, destacamos Natalie Zenon Davis^{xli}, Mario Pilosu^{xlii} e Judith C. Brown.^{xliii} No campo da história da família, ora ressaltando aspectos sócio-afetivos, ora preocupando-se com temas como produção e composição familiar, ilegitimidade, processos de transmissão de heranças e legados ou taxas demográficas, podemos citar os trabalhos de Peter Laslett^{xliiv}, Muriel Nazzari^{xliv}, além do já citado Philippe Ariés.

De forma similar, no Brasil os estudos históricos sobre a mulher e a família desenvolveu-se dentro de um processo de interações, afirmando-se recentemente como campos propícios para a prática da pesquisa histórica.

Os estudos sobre a história da Família no Brasil tomaram impulso a partir da década de 1970^{xlvi}, quando aumentou o número de teses de pós-graduação acerca do tema, principalmente ao eixo Rio - São Paulo.^{xlvii} No entanto, essa temática não é recente na nossa produção historiográfica. Em 1933, Gilberto Freyre publicara “*Casa Grande e Senzala*”, clássico das ciências sociais no Brasil, cujo sub-título “Formação da Família Brasileira sob o regime da Economia Patriarcal”, evidencia a preocupação de Freyre em construir uma visão sobre a família brasileira. Além de Gilberto Freyre, nós podemos citar outros pioneiros como Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Antônio Cândido de Mello e Souza e outros.^{xlviii}

O grande diferencial entre esses autores pioneiros e os pesquisadores contemporâneos é o fato de que os primeiros teciam visões amplas e generalizantes sobre um possível caráter único da família brasileira, presente em todo o território nacional; enquanto que os recentes pesquisadores buscam estudar a estrutura e organização familiar, visando evidenciar a diversidade de padrões familiares presentes no Brasil, com o apoio da chamada Demografia Histórica, prendendo-se mais ao particular e específico do que ao geral.

Já os estudos sobre a condição feminina no Brasil, principalmente no contexto do mundo colonial, são mais recentes, no que se refere a sua configuração como objeto específico da pesquisa histórica no Brasil. Mesmo em Portugal, como afirma a historiadora lusitana Margarida Sobral Neto, a mulher, como objeto de estudo, só veio a ocupar espaço na historiografia lusa contemporânea a partir de meados do século XX.^{xlix}

A História da Mulher no Brasil também tomou impulso nestas últimas décadas do século passado, pegando o mote da crítica à obra de Gilberto Freyre, no caso, a generalização e exagero do padrão de mulher submissa no total do extrato feminino da Colônia. Muitos desses estudos dizem respeito à diversidade de padrões e condições femininas presentes na América Colonial sob o poder do Império Lusitano.

Dentre os principais historiadores que trabalham com essa temática, podemos citar os nomes de Leila Mezan Algrantiⁱ, Renato Pinto Venâncioⁱⁱ, Emanuel Araújoⁱⁱⁱ, Júnia Ferreira Furtado^{liii} e Lígia Belline^{liv}. No que diz respeito aos especialistas em História da Família alguns nomes se fazem presentes: Sheila de Castro Faria^{lv}, Maria Beatriz Nizza da Silva^{lvi}, Alzira Lobo de Arruda Campos^{lvii}, Luciano Figueiredo^{lviii}, Ângela Mendes de Almeida^{lix}, Eliana Maria Rea Goldschmidt^{lx}, Tanya Maria Pires Brandão^{lxi}, Fernando Torres-Londoño^{lxii} e Eliane Cristina Lopes^{lxiii}, dentre outros.

Sobre a temática da vida familiar e das condições femininas no século XIX, autoras como Miriam Moreira Leite, Maria Odila da Silva Dias e Eni de Mesquita Samara desenvolveram trabalhos que já são clássicos da moderna historiografia brasileira^{lxiv}. Aqui ainda podemos citar o trabalho de Luzilá Gonçalves Ferreira^{lxv}. Para o período republicano, os trabalhos de Margareth Rago são de teor fundante.^{lxvi} Já sobre a família escrava – objeto recente nos estudos sobre a família no Brasil – destacam-se os trabalhos de Richard Graham, José Flávio Motta, Robert W. Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes.^{lxvii}

Quando nos restringimos ao nosso objeto de estudo específico – a mulher e a vida familiar na elite colonial brasileira – uma obra toma ares de pioneirismo e ponto referencial: *Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colonial*^{lxviii}, tese de doutoramento da historiadora Mary Del Priore; estudo que traça um panorama do controle por sobre a mulher da elite colonial, visando favorecer o estabelecimento do sistema colonial no Brasil.

Sendo assim, este estudo visa, ao lançar duas propostas de abordagem, preencher lacunas na historiografia pernambucana sobre o mundo colonial, contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas sobre a família e a mulher no Brasil; buscando assim, ao mesmo tempo, construir novas visões acerca da sociedade colonial na Capitania Duarteina, tendo em vista que estes estudos podemos afirmar, ainda inexitem dentro da produção historiográfica pernambucana.

O corte espacial da pesquisa limitou-se à Capitania de Pernambuco, Ocorrendo algumas comparações com outras áreas do Brasil Colonial; em especial à capitania da Bahia, pelas semelhanças sócio-econômicas que as unem.

A sociedade do Pernambuco colonial açucareiro, onde se inseriam os homens e mulheres objetos de nosso estudo, era extremamente estratificada – tendo entre os grupos sociais que a compõem: aristocratas, padres, degredados, lavradores, artífices e escravos africanos^{lxix}; além dos nativos e pobres livres sem ocupação específica – porém, marcada por uma divisão binária básica: senhores *versus* escravos.

Sobre esta relação entre dualismo e complexidade na sociedade da área produtora de açúcar da América Colonial Lusitana, o brasilianista Stuart B. Schwartz nos afirma que esta

foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança: contudo, foi também uma sociedade com forte tendência a reduzir complexidades a dualismo de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão – e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir^{lxx}.

O espaço temporal do trabalho se delimita no extenso hiato entre a Segunda metade do século XVI e a primeira metade do XIX. Dessa forma, compreendemos o espaço, segundo Michel Mullett, de duração das reformas do cristianismo ocidental na Idade Moderna e, ao mesmo tempo, o auge da mentalidade barroca que, segundo Eduardo D'Oliveira França e José Antonio Maravall, marcou, com o seu discurso de normatização e controle social, o Século XVII^{lxxi}. Além do período de implementação, adaptação e vigência mais acentuada dessa ideologia na América Portuguesa.

Para adentrar nessa sociedade, faremos uso, como linha condutora, da análise da estruturação do mundo católico tridentino e da sociedade barroca, sua transmigração ao Novo Mundo – em especial à Nova Lusitânia – assim como da construção de padrões modelares de conduta elaborados pelos agentes desses pensamentos; além da repercussão desses ditames no corpo social. Para isso apontaremos duas perspectivas de estudo: a primeira, ligada à construção desses modelos, consiste numa análise do imaginário jesuíta sobre a figura feminina na colônia; o segundo, busca apresentar exemplos de mulheres da elite da capitania de Pernambuco que, aproveitando-se de brechas na legislação e nas especificidades do cotidiano colonial, encontraram brechas para alçar postos de liderança.

Nesse fio, acreditamos que poderemos tecer um painel das condições femininas, fruto das inter-relações entre os sexos, no universo das relações familiares da população colonial pernambucana, através da ação da Igreja Católica sobre este complexo tecido de interações e controle social.

2. A Mulher no Imaginário Jesuíta

Agora analisaremos numa abordagem de gênero – enfocando o aspecto relacional entre as mulheres e os homens - o modo como os membros da Companhia de Jesus representavam ou idealizavam as mulheres do Brasil entre os séculos XVI e XVII e até que ponto elas influenciaram a formação da sociedade de então. Analisaremos a produção literária dos jesuítas nesse período – cartas, sermões e demais escritos - como também as obras de autores como Mary Del Priore, Ronald Raminelli e Gilberto Freyre.

No período entre os séculos XVI e XVII, a Europa Ocidental sofreu uma Reforma no pensamento cristão com a cisão do cristianismo católico ocidental, os movimentos protestantes e a consolidação da chamada Contra-Reforma. O símbolo maior da Contra-Reforma foi o Concílio de

Trento, juntamente com a reestruturação do Tribunal do Santo Ofício e com a formatação do Index. Para o sucesso dessas ações, algumas mudanças tornava-se indispensáveis: formação de um novo corpo clerical, a instituição do confessionário e a ação da Companhia de Jesus, que tinha como dever a divulgação do catolicismo romano pós-Trento, inclusive e principalmente no Novo Mundo. Os olhos da Inquisição e do jesuíta iriam fazer as vezes dos de Deus. Fiscalizando tudo.^{lxxii}

Ao chegarem no "Novo Mundo", os conquistadores se deparam com uma sociedade totalmente diferente da que eles conheciam. De acordo com Janice Theodoro, *"o primeiro elemento a distinguir aquele mundo desconhecido do mundo europeu foi a "disparidade" cultura que se percebeu existir entre os nativos e os descobridores. Isso se evidenciou nas detalhadas descrições e na iconografia que passou a ser produzida na América durante os séculos XVI e XVII. Na verdade, "o que era desconhecido representava um desafio à interpretação"*^{lxxiii} A nova cultura e seus costumes heterodoxos forma vistos como indícios de barbarismo e da presença do diabo.

Acompanhando o primeiro governador-geral, os jesuítas aportaram no Brasil em 1549 assumindo o trabalho missionário com os indígenas, como também a orientação moral dos colonos, principalmente a das mulheres. Das crônicas jesuíticas percebemos uma preocupação dos membros da Companhia em não só converter fiéis – os indígenas – mas, também, em regular a vida dos colonos: coibindo barreguice e concubinatos, aplicando o sacramento da confissão, evitando o desregramento moral dos colonos. Em carta de 1554 aos seus superiores na Europa, assim se expressava o padre José de Anchieta:

Nosso Senhor, por sua infinita misericórdia plante em toda terra sua santa fé, libertando-os do grande cativo em que está do demônio, o que todos, caríssimos irmãos, devem pedir com muita instância a Nosso Senhor cada dia em suas orações, nelas se recordando de nós.^{lxxiv}

O trabalho missionário com as mulheres revela a importância que estas assumiram no sucesso do projeto colonizador e na propagação dos cânones tridentinos à população como também a relevância da atuação delas no processo de construção de uma sociedade regrada e temente a Deus. Pois seguindo uma mentalidade barroca – que consideramos não só como um simples estilo artístico, mas como um conceito de época que marcou a política, economia e a mentalidade da sociedade europeia do século XVII^{lxxv} – as mulheres eram tidas como filhas de Eva, desta feita, consideradas como detentoras dos piores predicados. *"A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada"*^{lxxvi}.

As mulheres eram consideradas uma via de fácil escoamento de males no mundo. Representativas desse pensamento são as seguintes palavras que o padre Antonio da Silva apregoava do seu púlpito:

é tão forçoso pelas traças da mulher o engano, que até o demônio se vale delas para o que quer fazer; não é mais sábio para maquirar intenções do que a mulher advertida para fingir indústrias; o que não confia de si, só fia da mulher o demônio, tudo isto é verdade que no paraíso sucedeu e ainda hoje no mundo se lamenta. (...) Como o intento do demônio é fazer na terra todo o mal que pode, por isto conserva as mulheres, porque elas são de todo o mal o instrumento.^{lxxvii}

A submissão à figura masculina seria algo inerente e essencial à sobrevivência das mulheres como boas cristãs, tendo em vista o mal interno que elas carregavam consigo, advindo do pecado original e das atitudes de Eva. É bem ilustrativa as seguintes afirmações do Padre São João Crisóstomo em relação ao valor dado as mulheres nesse período: *“em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher”*^{lxxviii}.

O padre jesuíta Manuel Arceniaga indica que *“a mulher deve estar sujeita a seu marido, deve reverenciar-lhe, querer-lhe e obsequiar-lhe... não deve fazer coisa alguma sem seu conselho. Seu principal cuidado deve ser instruir e educar a seus filhos cristãmente, cuidar com diligência das coisas da casa, não sair dela sem necessidade e sem permissão de seu marido, cujo amor deve ser superior a todos, depois de Deus.”*^{lxxix}

Alvo de uma ampla rede de controle social, as mulheres da elite colonial sofreram um processo de normatização peculiar que acabou por produzir imagens e padrões ideais do comportamento ditados pela Igreja e pelo Estado, estes unidos pelos laços do padroado. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.^{lxxx} O exagero é evidente, mas muitas dessas mulheres viviam realmente em estado quase de clausura. De acordo com os cronistas e viajantes, as únicas manifestações públicas onde a figura feminina da elite colonial poderia ser vista eram nas cerimônias e festas religiosas.

Da mulher da elite colonial exigia-se uma conduta exemplar, para que se tornassem referências para as demais mulheres, sejam elas brancas, pobres, pardas, mulatas, ou até mesmo escravas. O Jesuíta Jorge Benci clamava às mulheres que, junto a seus maridos dessem exemplo de cristãos^{lxxxi}.

Uma das formas das mulheres da elite assumirem o papel a elas destinado pela empresa colonial era o ato de reproduzir. Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher que pariu virgem o salvador do mundo.^{lxxxii} Obviamente, eles só consideravam essa maternidade, se ocorresse após o casamento. De acordo com Mary Del Priore, *“o casamento seria como uma das formas de adestramento do corpo feminino, transformando as jovens mancebas em matronas zeladoras de seus maridos e filhos.”*^{lxxxiii}

Os relatos sobre esse "Novo Mundo" e a descrição do cotidiano dos ameríndios que aqui encontraram, prendiam-se aos interesses da colonização e da conversão dos mesmos ao cristianismo. Em seus relatos, os jesuítas adotavam uma visão típica da tradição cristã, viam os índios pelos olhos europeus.

A cultura indígena foi descrita a partir de paradigmas teológicos e do princípio de que os brancos eram os eleitos de Deus, e por isso superiores ao povo do continente. “A cultura nativa da colônia não era independente do imaginário do conquistador. As descrições da mulher índia sofreram influências da tradição religiosa ocidental, os colonizadores descreveram os nativos de acordo com seus paradigmas”.^{lxxxiv} Notamos que um dos pontos mais destacados nas descrições jesuíticas em relação às índias foi a questão da participação feminina nos rituais antropofágicos.

O padre José de Anchieta em uma de suas cartas a Diogo Lainez, narra a morte de um prisioneiro de forma repugnante, ressaltando o envolvimento das índias^{lxxxv}. Outra questão comentada pela literatura jesuítica foi à questão do infanticídio entre os Tupinambá. As palavras do Padre José de Anchieta elucidam bem este fato: “Se acaso fosse a criança defeituosa era rapidamente eliminada (...) que assim fazem a todos os que nascem com alguma falta ou deformação, e por isso muito raramente se acha algum coxo, torto ou mudo nesta nação”^{lxxxvi}

A atenção redobrada dos padres e da sociedade em geral, sobre a figura feminina, evidencia a importância da atuação delas no processo de construção de uma sociedade temente a Deus e regada conforme os padrões tridentinos e barroco. Observando como essas mulheres foram representadas brota em nós um certo sentimento de alívio por saber que essas mulheres não estiveram ausentes da história, mesmo enfrentando tantos obstáculos. E que, de certa forma, também negociaram um espaço dentro dessa sociedade tão preconceituosa. Resta-nos agora, procurar mais dados a respeito desse assunto e divulgá-los em memória das inúmeras mulheres, independente da etnia, que sofreram e morreram tentando ocupar seu espaço.

3. A Insubordinação Legal

Desde princípios do século XVI, as sociedades coloniais do hemisfério ocidental, em especial do mundo ibérico, se viram inseridas num ambiente marcado pela ascensão da cultura barroca e tridentina. Essa tendência, evidenciada pelo forte traço misógino, incutiu em terras brasileiras raízes marcantes, caracterizada pela extrema reclusão do sexo feminino, no decorrer dos tempos coloniais. Em vista disso, percebe-se que o campo de atuação das mulheres, em especial as das elites locais, se via restrito apenas ao âmbito familiar.

Toda a educação feminina era destinada a este propósito, pois as meninas cabiam apenas aprender a coser e a bordar, assim como outras tarefas domésticas.^{lxxxvii} Segundo o pensamento predominante na sociedade ibérica desse momento, a mulher não tinha conhecimentos intelectuais, nem interessava os ter^{lxxxviii}, conforme advogava D. Francisco Manuel de Melo em sua *Carta de Guia de Casados*: “a elas só deveriam ser acessíveis as primeiras letras, sendo o melhor livro a almofada e o bastidor”.^{lxxxix}

A convicção da inferioridade intelectual da mulher consistia num dos itens da mentalidade barroca da época e tinha a aprovação das mais altas e respeitadas autoridades, incluindo teólogos proeminentes e luminárias da Santa Madre Igreja.^{xc} Todavia, mesmo em meio a toda uma rede de controle social estruturada para vigiar a figura feminina, um grande número de mulheres conseguiu fugir às regras impostas por essa sociedade.

Embora sua reclusão tenha sido considerada por muitos como indicação de uma posição insignificante no meio social, é importante salientar que o sexo feminino fora muito mais influente do que se pensa. Ao longo do período colonial, muitas mulheres puderam adquirir uma certa autonomia, na medida em que se viram freqüentemente sozinhas, sendo obrigadas a resolver problemas e a lutar pela sobrevivência.^{xc} Assim, diante de algumas situações críticas como mortes, ausência do cônjuge, ruínas financeiras ou conflitos familiares, muitas delas acabavam por se apresentar como cabeça de casal, contrariando os costumes da época, ao se aproveitarem das brechas nas misóginas legislações lusitanas desse período.

Muito embora estas leis considerassem as mulheres como seres inferiores, percebe-se que as mesmas possibilitaram frestas para que as figuras femininas contornassem essa situação. Alguns trechos das ordenações deixam evidentes que, apesar da forte exclusão ao qual eram submetidas, um número significativo de mulheres poderia se sobressair da condição de inferioridade, para assumir posturas de extrema importância dentre os seus familiares e demais membros da sociedade.

No Livro IV, título XCV das Ordenações fica presente esta constatação, ao afirmar como a mulher fica em posse e cabeça de casal^{xcii} por morte de seu marido. Pois, *“morto o marido, a mulher fica em posse e cabeça de casal, se com elle ao tempo de sua morte vivia, em casa teúda e manteúda, como marido e mulher: e de sua mão receberão os herdeiros do marido partilha de todos os bens, que por morte do marido ficarem, e os legatários os legados”*.^{xciii}

É notório, entretanto, que o papel da mulher em territórios coloniais apresentou variações consideráveis entre as sociedades rurais do norte e do sul, nas classes superiores urbanas e até mesmo entre a massa pobre dos campos e das cidades.^{xciv} Mas, em face dessa assertiva, torna-se indispensável ressaltar que a figura da matriarca sempre emergiu com maior fulgor, apresentando prerrogativas sociais e econômicas vitais, principalmente para a capitania de Pernambuco no período pós-restauração, especialmente se tratando das viúvas desse episódio.

Neste ponto, fazemos nossas as palavras de C. R. Boxer ao afirmar que: *“Se concluirmos que as mulheres tiveram um papel social importante fora do próprio lar, numa sociedade machista como, sem dúvida, era a sociedade colonial brasileira, quaisquer que sejam as nuances ou modificações reveladas pela futura investigação histórica, a posição das viúvas ricas não sairá diminuída, por terem desempenhado um papel significativo dentro do contexto social da época”*.^{xcv}

Partindo dessa constatação, nosso objetivo, neste momento, se direciona em verificar e analisar, numa abordagem de gênero, os diversos casos de mulheres, que inseridas no contexto das Ordenações Filipinas, romperam com o arquétipo de mãe devota e honrosa cuja vida deveria gravitar somente em torno dos filhos e marido, ao assumir posturas de liderança ou destaque dentro da vida socioeconômica do Pernambuco Colonial.

Em 1654, após a expulsão da companhia holandesa, que desde 1630 ocupava o Recife, a prestigiada capitania de Pernambuco e demais capitanias anexas, até então sob a égide do poder donatário dos Albuquerque Coelho, passaram para o controle do patrimônio régio lusitano. Este momento é caracterizado como o *Segundo Período Português*^{xcvi}, pois será a primeira vez que Pernambuco vai encontrar-se inserida na órbita administrativa do poder luso. Sua administração cabe agora ao Estado Português, que tem a partir de então um representante concebido na figura do governador.^{xcvii} No entanto, problemas não faltaram até ser restabelecida a paz e a concórdia entre os colonos e a Coroa.

O conflito que se estendeu por baixo do movimento restaurador e do período de reconstrução que se seguiu à capitulação batava foi marcado pelo choque de interesses entre os senhores de engenhos e de outros proprietários que tiveram seus bens confiscados pelo governo holandês e os novos proprietários luso-brasileiros que os adquiriram.^{xcviii} Diante desta constatação e para uma melhor compreensão dos acontecimentos que possibilitou a ascendência da participação feminina no âmbito do poder local, precisamos contextualizar os motivos que levaram a eclosão das querelas entre os antigos e os novos donos desses engenhos, ocorridas em paralelo com o empreendimento de restauração pernambucana.

A invasão, o domínio e a expulsão dos holandeses acarretaram profundas repercussões nas relações de Pernambuco com o poder da Coroa, a partir da segunda metade do século XVII, o que ficou visível em função do imaginário social e do comportamento de parte de seus habitantes que participaram do processo de Restauração.^{xcix} Esse tipo de reação pode ser explicado pela conjuntura que esta sociedade se encontrava naquele momento.

Em 1640, estando Portugal inserido num processo de emancipação da Espanha, após o fim da União Ibérica, não pudera participar de forma ativa no movimento de repatriação dos territórios ocupados pelos holandeses no Brasil, deixando o caminho livre para que os luso-brasileiros que aqui estavam tomassem a frente do processo restaurador utilizando recursos humanos e materiais próprios. Por sua vez, essa autonomia no empreendimento libertador possibilitou aos restauradores fazerem uso de seu feito heróico para estabelecer exigências frente ao poder português, que readquiriria suas possessões açucareiras mais valiosas na América.

Todavia, não desejamos aqui esclarecer os episódios que marcaram a guerra de restauração em Pernambuco e nas demais capitanias vizinhas, pois nomes e participações como a de João

Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão indicam estudos mais apurados que fogem aos interesses deste trabalho. Para o momento, nosso enfoque se direciona a ocasião que se seguiu à fuga dos senhores de engenhos dos territórios invadidos e as querelas, ocasionadas ao longo dos anos posteriores à fase de conclusão do movimento restaurador, em decorrência das reivindicações dos antigos proprietários luso-brasileiros.

Ao abandonarem seus engenhos e fazendas, no momento da ocupação holandesa, os donos destas terras deixaram o caminho livre para que os invasores as tomassem por ausentes e as vendessem a outros moradores luso-brasileiros que permaneceram nestas capitanias. Para se ter uma noção do abandono que se seguiu à conquista batava, Evaldo Cabral de Mello fornece-nos um número surpreendente: *“num total de 149 engenhos de açúcar existentes nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, nada menos de 65, vale dizer, quase metade (46%), foram abandonados pelos seus proprietários, confiscado e vendidos pelo governo neerlandês em 1637 e 1638”*.^c

Esses números só fazem comprovar o grau de desespero que se seguiu à invasão holandesa entre os donos de propriedades residentes nestas terras. A grande maioria da população que detinha algum poder aquisitivo se refugiou na Bahia ou em regiões interioranas, à espera da organização de um movimento restaurador que pusesse fim à ocupação estrangeira e restabelecesse seus engenhos e demais propriedades abandonadas. Porém, o espaço de tempo que se seguiu à dominação foi muito superior do que se esperava. Apesar de haver um movimento de resistência liderado por Matias de Albuquerque, irmão do último donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, e outros focos de resistência por parte de alguns senhores de engenho do interior da capitania, os holandeses conseguiram demonstrar uma força militar muito superior às tropas portuguesas, que permitiu instituir um certo grau de estabilidade em sua ocupação e ao mesmo tempo estabelecer seu poderio, por determinado tempo, nas terras invadidas.

Esse momento propiciou aos novos donos das propriedades abandonadas, dentre eles muitos luso-brasileiros, o tempo necessário para efetuar melhorias nestes locais, tendo em vista a aquisição de empréstimos junto a Companhia das Índias Ocidentais, o que permitiu a possível reivindicação de sua autoridade sobre essas possessões territoriais. Em vista disso, com o desencadear dos acontecimentos, percebe-se que aqueles que se beneficiaram do período que se seguiu à invasão holandesa, foram os mesmos que colaboraram e lideraram o movimento de restauração, dentre eles o próprio João Fernandes Vieira. Neste ponto, verificamos que acontecimentos que viriam subsequenteiramente seriam em grande parte obra destes senhores de engenhos.

Por volta de 1645, um expressivo número de proprietários luso-brasileiros encontrava-se endividados com a Companhia das Índias Ocidentais. Estando cientes de que o reino português já havia alcançado sua independência do jugo espanhol, os mesmos encontraram uma alternativa

viável para a solução de todos os seus problemas: a expulsão definitiva dos seus credores holandeses. Iniciava-se, a partir de então, um levante para pôr fim à dominação batava em territórios do Brasil. Esse episódio tratava-se não apenas de uma revolta de devedores, mas de uma rebelião de colaboracionistas dispostos ficarem livres de suas dívidas com os holandeses e ao mesmo tempo justificarem suas propriedades em função da sua obra restauradora, por estarem a serviço da Coroa portuguesa na luta para restituir as capitânicas do Norte.^{ci}

Nota-se, nesse momento, que a relação existente entre o confisco de engenhos e o endividamento luso-brasileiro é particularmente visível entre aqueles que empreendem o levante de 1645 e os que estabelecem a guerra de restauração.^{cii} Mas, desviando o foco dos motivos que ocasionaram o processo de reconquista dos territórios invadidos, direcionamos nossa atenção à participação feminina no movimento de Restauração e aos anos futuros, que abriu seu campo de atuação social e sua ascendência no âmbito do poder local.

Apesar da documentação existente sobre o período ser escassa, não permitindo a reconstituição da sorte de cada um dos engenhos administrados pelas senhoras do açúcar, destacamos a seguir dois trechos citados por Evaldo Cabral, que evidenciam exemplos de ações desempenhadas por mulheres no contexto da guerra de reconquista e no momento posterior à Restauração, demonstrando o crescimento de sua importância e poder dentro do espaço político local, que se seguiu logo após a implantação do poderio português.

Gaspar Dias Ferreira seguiu com Nassau para os Países Baixos em 1644, deixando a administração a cargo de sua mulher, Dona Clara das Neves, e de seus filhos, que continuaram na posse pacífica das propriedades após a revolta de 1645. Nas duas batalhas dos Guararapes, que tiveram lugar nas vizinhanças, Dona Clara destacou-se pela assistência prestada aos soldados restaurados, cujos feridos sangrou e curou por suas próprias mãos, com a ajuda de suas criadas, com grande caridade e dispêndio de fazenda.^{ciii}

Restaurado Pernambuco, os antigos proprietários de terrenos no Recife, alguns deles poderosos, como a viúva de Matias de Albuquerque e a Santa Casa de Misericórdia, haviam passado a reivindicá-los com as benfeitorias do domínio neerlandês.^{civ}

Com relação a este último caso, acerca da atitude da viúva de Matias de Albuquerque, versava as Ordenações de que *“fallecendo o homem casado abintestado, e não tendo parente até o décimo grão contado segundo o Direito Civil, que seus bens deva herdar, e ficando sua mulher viva, a qual juntamente com elle estava e vivia em casa teúda e manteúda, como mulher com seu marido, ella será sua universal herdeira”*.^{cv} Dessa forma, poderia reclamar e reivindicar diretamente as suas intenções com as autoridades locais ou até mesmo com o governo metropolitano.

Com a capitulação holandesa em terras brasileiras, iniciou-se uma nova fase na história das querelas, pois ao contrário das propriedades vendidas aos holandeses e judeus, a situação dos engenhos adquiridos por luso-brasileiros suscitou um problema delicado. O assunto era demasiado complexo para que se pudesse resolvê-lo com uma regra ou um princípio geral. A coroa,

aproveitando-se das disputas entre os restauradores para tentar impor sua autoridade, fez adiar ao máximo sua decisão final sobre o conflito.

Diante desse impasse, a querela dos engenhos conheceu um prolongado compasso de espera até que fosse resolvida sua questão. Durante este espaço de tempo, tornou-se marcante a participação das senhoras do açúcar na luta para reclamar, conquistar e confirmar a posse de propriedades suas, de seus herdeiros e parentes.

Alguns exemplos notórios, aludidos por Evaldo Cabral, demonstram a atuação feminina dentro da órbita social e política da capitania de Pernambuco pós-restauração. Dentre eles se destaca o da viúva do conde da Ericeira, pertencente à casa de Pernaguão, e sogra de Francisco Barreto, que fora mestre-de-campo general de Pernambuco nos idos de 1647. No ano de 1689, esta senhora, proprietária do engenho de Moreno, na freguesia de Jaboatão, surge em meio a um conflito político local, ao vender sua propriedade a João de Barros Rego.^{cvii}

Outras senhoras da elite colonial pernambucana também são citadas por este autor, enfatizando sua atuação na ocasião das querelas, dentre as quais se destacam D. Madalena Pinheiro, proprietária do engenho de Nossa Senhora da Palma, na freguesia de Sirinhaém e D. Felipa de Sá, senhora do engenho dos Guararapes (Muribeca).^{cvii}

Observa-se dessa forma, que apesar da forte postura imposta pelos padrões estabelecidos nos ideais do pensamento tridentino e barroco às figuras femininas do período, a conjuntura de Pernambuco no momento subsequente à Restauração, proporcionou as mulheres residentes, especialmente às senhoras da elite do açúcar, a quebrar com o arquétipo de mãe devota e honrosa, para assumir posturas de liderança e destaque dentro da vida socioeconômica colonial.

Em face dessa assertiva, destacamos alguns nomes e trechos de documentos da época que nos revelam momentos marcantes do poder e da preponderância feminina sobre determinados assuntos até então vistos como exclusivo ao universo masculino, do qual a mulher sempre esteve excluída, mas que eram legalmente assegurados pela legislação da época.

Por volta de 1656, logo após a Restauração, Dona Arelângela da Silveira escreve ao Conselho Ultramarino, fazendo petição ao rei informando que no tempo da ocupação flamenga se refugiou com sua família, “*valendose de alguns empréstimos pa. sustentar sua caza, cujo pagamento ficou reservado pa. qdo. se restaurase a dita capitania*” de forma que “*seus credores a querem executar assy pelas ditas dividas, como tambem pelas que depois contrario, para haverde consertar hum engenho, que tem em Pernambuco, de que está de posse seu filho João do Rego, com que de todo ficara impossibilitada, para lhes poder satisfazer o que lhes deve e fabricar sua fazenda. Pede a V. Magestade, que tendo a tudo respeito lhe faça mercê mandar passar provisão de espera destes annos, para dentro delles poder aumentar sua fazenda e pagar suas dividas a todos, seus credores, por que de outra maneira lhe não será possível poder pagalos*”.^{cviii}

Neste aspecto, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias nos informa que “a separação de esferas de atuação de homens e mulheres não corresponderia apenas às normas e convenções herdadas de Portugal, mas a uma realidade concreta de redistribuição de necessidades, com o processo de povoamento; as tarefas específicas de cada sexo, nas diferentes classes sociais do processo de colonização, não eram complementares e sim alternativas: procedia-se à substituição e à improvisação de atribuições de homens ausentes. As mulheres eram forçadas a desempenhar, na sua ausência temporária ou definitiva, muitos papéis ‘masculinos’, entre os quais, os que diziam respeito à administração dos bens”.^{ciX}

Em seu testamento datado de 1699, Dona Brites de Albuquerque – senhora homônima da donatária esposa de Duarte Coelho – afirmava que “a fazenda q. possuímos he o seguinte: dois partidos de canas de propriedade do engenho de Garapu dos quais meo marido o Capm. Xvam de Albuquerque de Mello fez venda de hum a meo sobrinho o Sargto. Mor Phelipe Pais Barreto pr. preço mto. Abaixo do seo valor na qual venda não consinto e não asigne a escriptura quero que torne aficar na mesma forma enn que sempre opossui.”^{ciX}

Neste último caso, embora o marido fosse teoricamente o proprietário inalienável dos bens da família, a legislação da época permitia que a mulher tivesse o poder de veto, diante de situações que julgasse não serem coniventes com o seu desejo. Esta passagem fica manifestada no Livro IV, título XLVIII das Ordenações quando diz “que o marido não possa vender, nem alhear bens sem outorga da mulher”. Vejamos então o que diz o texto a respeito:

Mandamos, que o marido não possa vender, nem alhear bens alguns de raiz sem procuração, ou expresso consentimento de sua mulher, nem bens, em que cada hum delles tenha o uso e fructo somente, quer sejam casados por carta de metade, segundo costume do Reino, que por dote e arras” Se caso, “vendendo ou alheando o marido alguns bens de raiz sem expressa outorga de sua mulher, posto que para firmeza da venda, ou alheamento de fiadores, ou penhores, ou prometta alguma pena, todo será nenhum, e de nenhum vigor.

Se por qualquer motivo o marido não consentisse que a mulher fizesse tal ato, a Justiça poderia consentir, mesmo sem a autorização por parte do marido. Dessa forma, “querendo a mulher revogar a venda ou alheação de alguma possessão, ou bens de raiz, que por o marido fosse feita sem seu expresso consentimento, podel-os-há demandar em Juízo, e cobrar essa possessão, ou bens havendo auctoridade do marido para os poder demandar. E não lhe querendo o marido para isto dar seu consentimento, haja Carta nossa, porque possa fazer a demanda, e revogar a venda, ou alheação sem auctoridade do marido”.^{ciX}

Embora viesse contrariar os costumes da época, aproveitando-se das brechas nas leis lusitanas, que as consideravam seres inferiores na mesma categoria dos legalmente instituídos, como crianças, incapacitados e doentes, ou seja, conforme alegava a própria legislação, um “imbecilitus sexus”, observamos que muitas mulheres conseguiram contornar essa posição, sobressaindo-se dessa condição.

Ao final, podemos concluir que esses atos se tratavam de formas diversas, e muitas vezes raras, de divergir do modelo misógino predominante na esfera social, assim como na ideologia católica tridentina e na mentalidade barroca, que tentava impor de todas as formas, meios para coagir a atuação das figuras femininas, inseridas no contexto social da época.

Embora o estudo da sociedade colonial, em especial o espaço pernambucano da elite açucareira, tenha sido abordado em obras clássicas como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, a linha de pesquisa sobre o posicionamento das mulheres no contexto sócio-político deste momento ainda constitui um fato recente entre as produções historiográficas.

No provir das circunstâncias apresentadas, pôde-se comprovar que mesmo inseridas num ambiente fortemente marcado pela cultura barroca e tridentina, evidenciado pela extrema reclusão e pelo forte traço misógino, um grande número de mulheres, em especial as da elite do Pernambuco do Segundo Período Português, conseguiu superar os obstáculos impostos por essa sociedade, na medida em que se viram freqüentemente sozinhas, sendo obrigadas a resolver problemas e a lutar pela sobrevivência. Observou-se neste momento que o sexo feminino sobressaiu do estágio de inferioridade e passou a adquirir uma certa autonomia, apresentando-se como cabeça de casal.

Conforme constatamos, são significativos os relatos de senhoras, que contrariando os costumes da época, aproveitaram-se das brechas nas misóginas legislações lusitanas, para impor sua vontade perante o meio social. Ainda que seja percebível que a documentação sobre essa abordagem se encontre bastante restrita, pretendemos dar prosseguimento com esse estudo, a fim de melhor desvendar o cotidiano de atuação dessas mulheres junto à sociedade colonial da época.

Algumas Conclusões

O que se pretendeu aqui foi tecer um quadro das interrelações entre gênero, família e catolicismo na capitania de Pernambuco. Num universo de discursos, práticas e vivências, visamos rever o processo de colonização da América Portuguesa sob a ótica das relações entre os sexos, com especial foco nas figuras femininas.

Numa abordagem de Gênero – em especial da obra da socióloga norte-americana Joan Scott – ,buscamos situar a ação das chamadas matronas no bojo do processo de formação do mundo brasileiro: contribuir através do seu papel de esposa submissa e mãe condolente para o sucesso da empresa colonial do Estado patrimonialista luso na América; tudo sobre o controle e vigilância exercido pela sociedade barroca e pela moral católica tridentina.

Muito do que aqui se tratou referia-se aos discursos eclesiásticos sobre o papel e controle das mulheres da Colônia por parte dos homens do poder espiritual e temporal no intuito de garantir a moral católica frente às investidas dos movimentos reformistas.

Nesse contexto, as figuras das matronas – muitas vezes filtradas através das figuras dos padres – , principalmente em sua ação no âmbito familiar, nos conduziu por uma outra forma de ver o

processo de ocupação e consolidação da América portuguesa. Numa visão mais do que feminina ou feminista, visamos tecer um estudo das relações de poder num espaço restrito – o universo das relações de gênero no seio da família da elite colonial da Nova Lusitânia – porém, ligado a um contexto mais abrangente: a consolidação do pensamento católico tridentino e da mentalidade barroca na Europa e a transmigração/absorção/adaptação desses valores no Novo Mundo.

Num primeiro momento buscamos apresentar o fio seguido para a feitura do trabalho, versando sobre os estudos de Gênero e situando historiográfica e conceitualmente o nosso objeto de estudo.

Em seguida, apresentamos o cenário de fermentação do pensamento católico pós-Trento e da mentalidade barroca no Velho Mundo e o processo de implementação desses ditames no mundo brasílico, em especial na capitania de Pernambuco, através da análise do imaginário jesuíta sobre a figura feminina na colônia.

No terceiro ato, buscamos recompor as práticas e vivências que forjaram o universo das relações entre os sexos no Pernambuco colonial, evidenciando a tentativa de se por em uso nos trópicos os ditames e modelos apresentados no capítulo anterior, frente às especificidades do mundo colonial, evidenciando a ação das mulheres da elite colonial pernambucana que, escapando do estigma do *sexus imbecillita*, tornaram-se cabeça de casal ou líderes das finanças e negócios da família.

Neste ponto da tarefa – mais do que apresentar conclusões fechadas para o estudo – acreditamos que nosso papel é dar instrumentos ao leitor para desconstruir imagens herdadas da acerca das mulheres do Brasil colonial, em especial da capitania de Pernambuco.

Notas

ⁱ SIQUEIRA, Sônia A. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978. pp.17-60.

ⁱⁱ Aqui, adotamos o conceito de ideologia criado por Althusser e defendido por Georges Duby, o qual consistindo no sistema, com rigor e lógica próprios, de representações que atuam numa determinada sociedade, cabendo-lhe ainda uma existência própria e um papel histórico determinado. Vide DUBY, Georges. "História Social e Ideologias das Sociedades". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (Org) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 131-132.

ⁱⁱⁱ Cf. MULLETT, Michael. *A Contra Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna*. Lisboa: Gradiva, 1986. pp.17-66; e DELUMEAU, Jean. *La Reforma*. Barcelona: Labor, 1967; além de DELUMEAU, Jean. *El Catolicismo de Lutero a Voltaire*. Barcelona: Labor, 1973.

^{iv} DELUMEAU, Jean. *La reforma*. p. v

^v Cf. MULLETT, Michael. *Op. Cit.* pp.64-66.

^{vi} MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp, 1997..p.49.

^{vii} FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997.p.41.

^{viii} FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.p.165

^{ix} Cf. FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.pp. 13-47.

^x Cf. PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.32.

^{xi} FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

^{xii} Sobre este aspecto vide BOXER, C.R. *O Império Colonial Português*. Porto: Ed.70, 1977. pp.24-25; assim como BOXER, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Iberica(1415-1815)*; Alguns Factos, Idéias e Personagens. Lisboa: Horizonte, 1977. pp.14-15. Ainda sobre esse fato, nos afirma Capistrano de Abreu que, " em 1527 a soma total dos fogos em todo o Reino andava por duzentas e oitenta mil quinhentos e vinte e oito; dando a cada um destes um número de quatro indivíduos, a população do

Reino seria naquele ano de um milhão cento e vinte e dois mil cento e doze almas. Com esse pessoal exíguo, que não bastava para enche-lo, ia Portugal povoar o mundo. Como consegui-lo sem atirar-se à mestiçagem?" In: ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial(1500-1800)*. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969. p. 54.

^{xiii} Vide FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família brasileira sob o regime da economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1996.; PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; e criticando esta visão, SOUZA, Laura de Mello e. "O Padre e as Feiticeiras: Notas sobre a sexualidade no Brasil Colonial". In: VAINFAS, Ronaldo.(org.) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.pp. 9-18

^{xiv} FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* p. 93

^{xv} Moral Jesuítica essa representando e difundindo "avant la lettre", juntamente com o Santo Ofício da Inquisição (que aportou em Pernambuco em 1593), a moral católica tridentina no Novo Mundo; moral esta que só seria codificada na Europa nos séculos XVI-XVII e na América Portuguesa no XVIII com a elaboração das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707. Sobre este aspecto vide VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. pp. 13-14 além de SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp. 86-89.

^{xvi} DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidade e Mentalidade no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.p.24.

^{xvii} Cf. VAINFAS, Ronaldo. "Moralidade Brasilícas". In: NOVAIS, Fernando (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume1: Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.pp.221-273.

^{xviii} ARIES, Phillipe. *História Social da Família e das Crianças*: Rio de Janeiro:TLC,1981.p.238.

^{xix} Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e Vida Doméstica". In: NOVAIS, Fernando(dir).*Op.Cit.* pp.83-154.

^{xx} Cf.FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.pp.39-45.

^{xxi} Apud VAINFAS, Ronaldo. "Moralidades Brasilícas". p.227.

^{xxii} Essas relações entre sociabilidade e vida familiar são estudadas, de uma forma mais ampla, por Philippe Aries (Vide ARIES, Philippes.*Op.Cit.*) e, mais estritamente ligada ao mundo colonial da América Portuguesa, por Leila Mezan Algranti (Vide ALGRATI, *Op.Cit.*).

^{xxiii} Sobre este aspecto, vide GUIMARÃES, Maria de Fátima. "Percurso no Pensamento e na Prática dos Feminismos: Introdução à Abordagem de Gênero". In: *Gênero & História*. Ano I, Número I, Setembro de 2002. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. pp.7-22.(Cadernos de História, 1).

^{xxiv} Vide FOUCAULT,Michel.*As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*.São Paulo: Martins Fontes, s/d; em especial pp.447-502.

^{xxv} Vide WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EdUSP,1994.; assim como WHITE, Haydem. "Teoria Literária e Escrita da História".In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 13, pp. 21-48.

^{xxvi} GOMÁRIZ, Enrique. " Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas ". In: *Fin de siglo: Género y Cambio Civilizatório*. Ediciones de las Mujeres. Nº 17. Santiago, Chile (Iris internacional) . Dezembro, 1992 pp. 86.98.

^{xxvii} Da vasta obra foucaultiana, talvez, os títulos que mais tenham contribuído para a elaboração das discussões sobre o conceito de gênero seja: *Microfísica do Poder* (16.º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001); e a *História da Sexualidade*. Vol. 1: A vontade de saber. (14.º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001), Vol. 2: O uso dos Prazeres (9.º Ed. Rio de Janeiro Graal, 2001), e Vol. 3: O cuidado de Si. (6.º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.).

^{xxviii} Sobre esse aspecto, vide MIGUEL, Ana de. "Feminismos" In: AMORÓS, Celia (coord). *10 palavras chave sobre la mujer*. Pamplona: EDV, 1995. pp. 217-255. E sobre o caso brasileiro, vide TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993; além de SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. "Feminismos e seus Frutos no Brasil." In: SADER, Emir. (Org.). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*.São Paulo: Cortez, 1987. pp.105-158.

^{xxix} Vide GOMARIZ, Enrique. *Op. Cit.* pp. 98-110.

^{xxx} SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Recife: S.O.S. corpo, 1996.

^{xxxi} DIAS, Maria Odila da Silva. "Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano". In: COSTA, Albertina de Oliveira. e BRUSCHINI, Cristina. (Org.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992 pp. 39-44.

^{xxxii} SCOTT. *Op. Cit.* p. 10

^{xxxiii} *Idem* pp. 98-110.

^{xxxiv} *Idem* p. 13

^{xxxv} DEL PRIORE, Mary. (org.) *Histórias das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 7.

^{xxxvi} BORDO, Susan R. "O Corpo e a Reprodução da Femininidade: Uma apropriação feminista de Foucault" In: JAGGAR, Alison R. & BORDO, Susan R. (org.) *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 21.

^{xxxvii} SCOTT. *Op. Cit.* p.12.

^{xxxviii} DUBY & PERROT (org) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 3: do Renascimento a Idade Moderna. Porto: Afrontamentos, s/d. p. 7.

^{xxxix} *Idem*.

^{xl} SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 95.

^{xli} Que participou da elaboração da *História das mulheres no Ocidente*.

^{xlii} PILOSU, Mario. *A Mulher, A Luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

- ^{xliii} BROWN, Judith C. *Atos Impuros: A vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ^{xliiv} LASLLET, Peter. "Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: Comparações entre áreas da Europa Ocidental". In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) *População e Sociedade: Evolução das Sociedades Pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. pp. 137-170.
- ^{xli v} NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, Famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ^{xli vi} Vide MESQUITA, Eni. "A História da Família no Brasil." *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 9, n. 17, set 1988/fev 1999, pp. 7-35; assim como ALMEIDA, Ângela Mendes de. "Notas sobre a Família no Brasil" In: ALMEIDA et alli. *Pensando a família no Brasil: Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Ed. da UFRJ, 1987. pp. 53-66.
- ^{xli vii} Ainda hoje, podemos perceber o predomínio desta região na atuação acadêmica desta área de pesquisa, com um núcleo na Universidade Federal Fluminense, donde se sobressaem o nome de Sheila de Castro Faria; além do já tradicional núcleo da USP, com nomes de representatividade como Maria Beatriz Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara e Luciano Figueiredo.
- ^{xli viii} Estes últimos dedicando em suas obras, geralmente de aspecto mais generalizantes, alguns comentários sobre o tema; com exceção de Antônio Cândido de Mello e Souza que, nos anos 50, publicou na coletânea *Brazil Portrait of Half a Continent*, editado por T. Lynn Smith, o artigo "The Brazilian family."
- ^{xli ix} Vide NETO, Margarida Sobral. "O Papel da Mulher na Sociedade Portuguesa Setecentista: Contributo para o seu Estudo". In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 26.
- ⁱ Autora de trabalhos sobre recolhimento e conventos no Sudeste Colonial (em especial *Honradas e Devotas, Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: EdUnB/José Olympio, 1999) e do ensaio "Família e Vida Doméstica" publicado no primeiro volume de coleção *História da Vida Privada no Brasil*.
- ⁱⁱ Autor de vários artigos sobre mulher, ilegitimidade e abandono de crianças no período colonial e no Império.
- ⁱⁱⁱ ARAUJO, Emanuel. "A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ⁱⁱⁱⁱ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: O Outro Lado do Mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; "Chica da Silva: O Averso do Mito". In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Céli Regina (org.) *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001. pp. 15-25; e "Pérolas Negras: Mulheres Livres de cor no Distrito Diamantino." In: FURTADO. (org.) *Op. Cit.* pp. 81-121.
- ^{liv} BELLINE, Lúcia. *A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ^{lv} FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ^{lvi} SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.; e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da USP/T.A. Queiroz, 1984.
- ^{lvii} CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e Família em São Paulo Colonial: Caminhos e Descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ^{lviii} FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ^{lix} ALMEIDA, Ângela Mendes de. *O Gosto do Pecado: Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos Séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ^{lx} GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o Pecado na Sociedade Colonial Paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- ^{lxi} BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- ^{lxii} TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A Outra Família: Concubinato, Igreja e Escândalo na Colônia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- ^{lxiii} LOPES, Eliane Cristina. *O Revelar do Pecado: Os Filhos Ilegítimos na São Paulo do Século XVIII*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- ^{lxiv} Vide LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro do Século XIX: Antologia de Textos de Viajantes Estrangeiros*. São Paulo: Hucitec/INL, 1984; DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; e SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, Século XIX*. São Paulo: Marco Zero/SECSP, 1989.
- ^{lxv} FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Et alli. *Suaves Amazonas: Mulheres e Abolição da Escravatura no Nordeste*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- ^{lxvi} Vide RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; assim como _____. *Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ^{lxvii} Respectivamente: GRAHAM, Richard. "A 'Família' Escrava no Brasil Colonial". In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. pp. 41-57.; MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.; SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; e FLORENTINO, Manolo. & GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ^{lxviii} Publicado pela editora José Olympio (São Paulo, 1995).
- ^{lxix} ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflito: Aspectos da Administração Colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: EDUFPE, 1997. p.15.
- ^{lxx} SCHUWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Escravos e Engenhos no Mundo Colonial*. São Paulo: companhia das Letras / CNPq, 1988. pp.209-210.

- lxxxi Vide MULLETT, Michael. *Op.Cit.* pp.64-66;FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Op.Cit.* pp.29-45 e MARAVALL, José Antonio. *Op. Cit.* pp. 41-247.
- lxxxii LEITE, Serafin. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: 1938. p.299
- lxxxiii Apud. OLIVEIRA, Carla Mary S. Um olhar sobre o colonizado: imagens do nordeste seiscentista, por Albert Eckhout. Artigo PAR"A" IWA revista dos pós-graduação de sociologia da UFPB. Dezembro de 2000.
- THEODORO, Janice. *América Barroca: Tema e Variações*. São Paulo: Nova Fronteira / EDUSP, 1992.
- lxxxiv ANCHIETA, José de, Pe.,. *Cartas: Correspondência Ativa e Passiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p. 58.
- lxxxv Cf. MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp, 1997. p.49
- lxxxvi ARAÚJO, Emanuel. "A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia". In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp 45-77
- lxxxvii Apud DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo*. p. 114.
- lxxxviii Apud BEAUVOIR, Simone de. *Op. Cit.* p. 118.
- lxxxix Apud DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo*. p. 122.
- lxxx ARAÚJO, Emanuel. *A arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia*. In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p 49
- lxxxii Vide BENCI, Jorge. S., J. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700)*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p.110.
- lxxxiii ARAÚJO, Emanuel. *A arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia*. In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p 52
- lxxxiiii Cf. DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993. pp 124
- lxxxv RMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p 11
- lxxxvi Cf. RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p 28
- lxxxvii Cf. RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p 28
- lxxxviii Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento do Brasil Colonial*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p.174.
- lxxxix Cf. BOXER, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa, Livros Horizonte, 1975. pp.123-4.
- lxxx Apud. BOXER. p.126 .
- xc Cf. BOXER. *Op. cit.* pp. 121-2.
- xci Cf. SILVA, Op. cit. p. 190.
- xcii Como cabeça de casal subte-se a pessoa que está na posse e administração da herança, a quem os co-herdeiros vem pedir as partilhas. Assim, ao dizer que a mulher fica em posse e cabeça de casal, que esta expressão só seja própria para as viúvas, pois delas somente fala as Ordenações. Cf. ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XCV, p. 949.
- xciii ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XCV, p. 949.
- xciv Cf. BOXER *Op. cit.* p.68.
- xcv BOXER. *Op. cit.* pp. 68-9.
- xcvi O conceito de segundo período português abrange um corte temporal e espacial começando em 1654 com a instalação do governo de Pernambuco e se estendendo até o fim do período colonial, no território sob controle direto desse governo, que inclui o Ceará, Paraíba, Rio Grande, Itamaracá e a Comarca do São Francisco. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Segundo Período Português: A Construção de Pernambuco Enquanto Capitania Régia**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: jul/set 2000.
- xcvii Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. 1ª ed. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001. p.146.
- xcviii Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1998. p.383.
- xcix Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720**. São Paulo, Hucitec; Facesp, 2002. p.235.
- c MELLO, *Op. cit.* p.384.
- ci Cf. MELLO, *Op. cit.* p.405.
- cii Cf. *Idem.* p.406.
- ciii *Idem.* p. 438.
- civ *Ibidem.* p. 442.
- cv ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV, Título XCIV, pp 947-8.
- cvii Cf. *Ibidem* p. 399.
- cviii Cf. MELLO, *Op. cit.* pp.402-3.
- cxiii Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 46, folha 9v.
- cxix DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 56.
- cx "TRASLADO DE HUMA VERBA DO TESTAMTO. COM Q. FALECEO D. BRITES DE ALBUQUERQUE MOLHER Q. FOI DO CAPP. M. XVAM D ALBUQUERQUE E MELLO E FOI SEPULTADA NA MATRIZ DO CABBO EM TREZE DE MARÇO DE 1713 SENDO TESTAMENTO. O MESMO SEO MARIDO E FEZ SEO CODICILIO Q. TÃO BEM LANSOU A VERBA QUE PERTANCE AESTA SANTA CAZA COMO TÃO BEM A RESPOSTA QUE DEO ESTA MEZA Plo. REVDO Do. VIGARIO GAL. MANDAR COM VISTA PA. MILHOR CLAREZA LAVRAR TODO O TESTAMENTO. FEZ SEM ESTA CAZA SER OUVIDA". In: PIO, Fernando. (Org.). *Cinco Documentos para a História dos Engenhos de Pernambuco*. pp. 48-49.
- cxii ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV, Título XLVIII, pp. 837-9.